



# CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 052/2025-CMP

FICA CRIADA A LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO DE CERTIFICAÇÃO 'FEITO EM PARINTINS' PARA O ARTESANATO LOCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **Carlos Julvan Silva de Medeiros**, Vereador da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, submete ao plenário o seguinte:

## PROJETO DE LEI

**Art. 1º** Fica instituído no âmbito do Município de Parintins, Estado do Amazonas, o Selo de Certificação "Feito em Parintins", doravante denominado "Selo", para o artesanato local.

**Art. 2º** Esta Lei tem por objetivos:

- I – Valorizar, proteger e promover o artesanato genuinamente produzido no território municipal de Parintins;
- II – Garantir que os produtos sejam produzidos em Parintins, e tenham qualidade;
- III – Preservar os saberes dos munícipes;
- IV – Fortalecer a identidade cultural em todos os âmbitos;
- V – Contribuir para a oferta dos produtos devidamente produzidos na cidade.

**Art. 3º** O Selo "Feito em Parintins" será concedido aos produtos artesanais que atendam aos critérios de origem, técnica e qualidade, conforme estabelecido nesta Lei e em seu regulamento.

§ 1º A utilização do Selo será somente dos artesãos, grupos de artesãos, associações ou cooperativas de artesanato que conseguirem a devida certificação junto ao Conselho Municipal de Certificação do Artesanato de Parintins (CMCAP).

§ 2º O Selo deverá estar de forma visível, permanente nos produtos ou em suas respectivas embalagens, observando as especificações a serem definidas no regulamento desta Lei.

**Art. 4º** São critérios mínimos para a concessão do Selo:



# CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

I – Comprovação de que o produto artesanal foi produzido dentro dos limites territoriais do Município de Parintins;

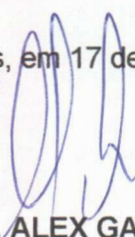
II – A obtenção do selo terá como prioridade para aqueles artesãos que utilizarem materiais provenientes de fontes sustentáveis e com comprovado manejo, quando aplicável;

III – Forneça qualidade no acabamento e durabilidade do produto.


**Art. 5º** As possíveis despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Turismo, apenas auxiliar caso for necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições contrárias.

Sala de Comissões, em 17 de novembro de 2025

  
**VER. ALEX GARCIA**  
Presidente da Comissão

  
**VER. TELO PINTO**  
Membro da Comissão

  
**VER. AZAMOR PESSOA**  
Membro da Comissão